



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

**CAPÍTULO 2 – ANDAMENTO DO PROJETO BÁSICO
AMBIENTAL COMPONENTE INDÍGENA**

**Anexo 8.1.3.1.1 – 4 - Proposta
metodológica para realização das
Oficinas sobre ocupação
territorial regional**

Diretoria Socioambiental

Brasília, Distrito Federal

AÇÃO: OFICINAS SOBRE OCUPAÇÃO TERRITORIAL REGIONAL;
ETNODIAGNÓSTICO DO ENTORNO E MAPEAMENTO DAS RELAÇÕES
INTERÉTNICAS;

ATIVIDADE: PLANEJAMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA INDÍGENA DAS
RELAÇÕES LOCAIS

**PLANO BÁSICO AMBIENTAL – COMPONENTE
INDÍGENA (PBA-CI)**

PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA

**PROJETO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E GESTÃO
SOCIOAMBIENTAL COMPARTILHADA**

UHE BELO MONTE

Executora:



FEVEREIRO/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PACOTE DE TRABALHO

PACOTE DE TRABALHO (Nº + NOME):	8.1 PLANEJAMENTO TERRITORIAL E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL COMPARTILHADA		
EXECUTORA:	Unyleya	RESPONSÁVEL:	Silvia Silene G Dinkelmann
DATA DE ELABORAÇÃO:	20/02/2017	RESPONSÁVEL:	Danilo Muniz da Silva
DATA DE REVISÃO:		RESPONSÁVEL:	
DATA DE APROVAÇÃO:		RESPONSÁVEL:	
OBSERVAÇÕES:			

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	4
2. OBJETIVO	5
2.1 Objetivo geral:	5
2.2 Objetivo específico:	5
3. METAS	5
4. INDICADORES	6
5. PÚBLICO-ALVO	6
6. METODOLOGIA	6
6.1 Oficina sobre ocupação territorial regional	9
6.2 Etnodiagnóstico do entorno e mapeamento das relações interétnicas	9
7. ELEMENTOS DE CUSTOS	15
8. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES	17
9. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	18
10. INTERAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS AMBIENTAIS	19
11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E REQUISITOS LEGAIS	19
12. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA ELABORAÇÃO	19
13. RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DAS AÇÕES	20
14. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO	20
15. REFERÊNCIAS	21

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A história colonial do Médio Xingu é marcada, a partir da primeira metade do século XVII, pela presença missionária rarefeita, que tinha como objetivo catequizar os indígenas que viviam ali. Não havia preocupação em estabelecer o domínio da Coroa portuguesa sobre o território. A partir dessa época, contingentes de não índios passaram a realizar incursões em busca de pau-cravo, árvore cuja casca era usada como especiaria na Europa. Esse movimento, que se constitui no primeiro ciclo econômico da região do Médio Xingu, não ocasionou a fixação desses contingentes. Foi a partir do século XIX, no primeiro Ciclo da Borracha, que se formaram os primeiros povoados nas margens do Xingu e de seus afluentes. A exploração da borracha seria o principal fator de atração de imigrantes para a região até a primeira metade do século XX, antes do declínio da economia gomífera (IPEA, 2015).

Em 1970, durante o Regime Militar, o governo federal criou o Plano de Integração Nacional (PIN), cujos primeiros projetos consistiam na construção de duas rodovias: a Transamazônica e a Cuiabá Santarém. A construção da BR-230, a Transamazônica, acentuou o processo de ocupação da região do Médio Xingu e inaugurou mais um ciclo econômico, o agropecuário, que é constituído pela exploração de madeira, agricultura e pecuária. Essa expansão da frente de exploração agropecuária, associada a uma presença ineficiente do estado, proporcionaram um tipo de ocupação regional que é caracterizado por “grilagem de terras públicas, abertura de estradas clandestinas, exploração predatórias dos recursos naturais e penetração de pecuária”, que tem como principais consequências “o acirramento dos conflitos fundiários; a especulação imobiliária; a concentração fundiária e de renda; o desrespeito à legislação ambiental, principalmente no que tange à manutenção das Áreas de Preservação Permanente e de Reservas Legais nos imóveis rurais”, segundo o que se depreende do PBA-CI (NORTE ENERGIA, 2011, p. 140-141). Este mesmo documento projetava o agravamento da ocupação da região com a implantação da UHE Belo Monte, que se daria a partir de 2 vetores, principalmente: o antrópico, em decorrência do adensamento populacional em busca de trabalho e renda; e o físico biótico, em consequência do desmatamento e da redução da vazão do rio Xingu na região da VGX e proximidades (NORTE ENERGIA, 2011, p. 140-142).

O incremento demográfico na região, proporcionado pela construção da UHE Belo Monte, aumentaria as disputas entre indígenas e regionais, segundo o PBA-CI

(NORTE ENERGIA, 2011, p. 164), fato que justificaria as ações preventivas e paliativas que compõem a atividade “Planejamento Territorial e Governança Indígena das Relações Locais”. Parte integrante dessa atividade, as ações “Oficinas sobre ocupação territorial regional” e “Etnodiagnóstico do entorno e mapeamento das relações interétnicas” possuem entre si uma relação de interdependência e tem por objetivo, respectivamente: (1) propiciar aos povos incluídos no PBA-CI a construção de um entendimento sobre a complexidade da colonização do Médio Xingu, desde o conhecimento específico que cada povo detém deste processo, como um passo para a compreensão das pressões existentes sobre seu território atualmente; e (2) propiciar a caracterização, por parte de cada comunidade, da situação socioambiental do entorno (estado de conservação dos ambientes, atividades econômicas desenvolvidas e grupos sociais), com especial atenção aos atores e instituições locais estratégicos. Ambas as ações devem ser realizadas em conjunto e finalizadas, segundo o Pacote de Trabalho Detalhado 2017, ainda no primeiro semestre de 2017. Elas antecedem as conversas entre lideranças de territórios contíguos e entre estas e atores locais não indígenas. Destas conversas devem sair acordos que contribuam para uma gestão socioambiental compartilhada no Médio Xingu.

2. OBJETIVO

2.1 Objetivo geral:

Apoiar estratégias comunitárias de gestão territorial das Terras Indígenas e colaborar para a gestão socioambiental compartilhada entre TIs, vizinhos e Unidades de Conservação, fortalecendo a conservação etnoambiental.

2.2 Objetivo específico:

- Propiciar às comunidades, desde a perspectiva histórica nativa, um conhecimento sobre a atual configuração de ocupação e uso do solo na região do Médio Xingu;
- Proporcionar a identificação da situação socioambiental do entorno das Terras Indígenas (estado de conservação ou degradação dos ambientes, atividades econômicas desenvolvidas e grupos sociais presentes).

3. METAS

- Ocupação regional compreendida pela comunidade indígena;

- Situação socioambiental do entorno das Terras Indígenas identificada;
- Mapeamento das relações indígenas realizado;
- Lideranças indígenas capacitadas para leitura cartográfica e uso de GPS.

4. INDICADORES

Tabela 1: Objetivos específicos, metas e indicadores da ação.

Objetivos Específicos	Metas	Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Propiciar às comunidades, desde a perspectiva histórica nativa, um conhecimento sobre a atual configuração de ocupação e uso do solo na região do Médio Xingu. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ocupação regional compreendida pela comunidade indígena. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios das oficinas com programação e conteúdos abordados; ▪ Registros em fotografias; ▪ Relação de participantes.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proporcionar a identificação da situação socioambiental do entorno das Terras Indígenas (estado de conservação ou degradação dos ambientes, atividades econômicas desenvolvidas e grupos sociais presentes). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Situação socioambiental do entorno das Terras Indígenas identificada; ▪ Mapeamento das relações indígenas realizado; ▪ Lideranças indígenas capacitadas para leitura cartográfica e uso de GPS 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lista de atores e instituições de relacionamento das TIs; ▪ Relação de temas a serem abordados por cada TI com os atores/instituições locais; ▪ Relatório da capacitação; ▪ Relação de indígenas capacitados.

5. PÚBLICO-ALVO

Lideranças, gestores das associações e pesquisadores indígenas das Terras Indígenas Apyterewa, Trincheira Bacajá, Arara, Cachoeira Seca, Kararaô, Kuruaya e Xipaya.

6. METODOLOGIA

Segundo depreende-se do PBA-CI (NORTE ENERGIA, 2011, p. 161-163; 165-166), o bloco composto pelas ações “Oficina sobre ocupação territorial regional” e “Etnodiagnóstico do entorno e mapeamento das relações interétnicas” se constitui em uma etapa posterior às ações “Oficinas síntese de monitoramento territorial e estabelecimento de acordos” e “Consolidação do etnozoneamento e plano de uso sustentável”, da atividade “Planejamento territorial e governança indígena das relações locais”. Ou seja, enquanto estas últimas ações tinham por finalidade provocar, a partir dos diagnósticos realizados, a reflexão por parte dos indígenas sobre as vulnerabilidades e potencialidades de seus territórios e promover o estabelecimento de acordos dentro de seus limites (NORTE ENERGIA, 2015; 2016a; 2016b), o bloco de ações que corresponde a esta metodologia objetiva dar continuidade ao processo de empoderamento destas comunidades, dessa vez com um diagnóstico participativo que busque informações sobre as relações de cada comunidade com seu entorno, observando oportunidades e desafios para a gestão socioambiental compartilhada na região do Médio Xingu.

Do leque de metodologias participativas¹ disponível, optou-se por adaptar o Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação (DiPUC) ao contexto das Terras Indígenas. Desenvolvido desde 1999 a partir da adaptação do Diagnóstico Rural Participativo ao contexto das Unidades de Conservação de Proteção Integral Parque Nacional do Caparaó e Parque Estadual do Rio Doce, ambos em Minas Gerais, este método é fundamentado no enfoque participativo e tem por finalidade a análise da realidade de Unidades de Conservação por meio de um processo de aprendizagem compartilhada. Busca viabilizar a participação dos diversos envolvidos, independente de geração, gênero e status social, para o levantamento e a análise de informações com vistas a dar suporte ao planejamento do uso do território, categoria que engloba o entorno das Unidades de Conservação também (MOURA, 2010, p. 116-118).

Não obstante os territórios que inspiraram a construção desta metodologia tenham estatutos distintos do que caracteriza as Terras Indígenas, pois se trata de Unidades de Conservação de Proteção Integral, a adoção do DiPUC se justifica pelo fato de possuir uma estrutura multiescalar, integrada, participativa e intercientífica, princípios sobre os quais o PBA-CI foi estruturado (NORTE ENERGIA, 2011, p. 146). Nesse

¹ Entende-se por metodologias participativas aqui ferramentas que possibilitam operacionalizar a participação (ou seja, o empoderamento), “que consiste essencialmente de processos decisórios, de escolhas, de definir prioridades (BROSE, 2010, p. 10).

sentido, o DiPUC é constituído por três passos. O primeiro, “Diagnóstico participativo na UC”, privilegia o interior da Unidade de Conservação, visando identificar pontos positivos, negativos e nós críticos², além de definir uma visão de futuro da mesma, sempre por meio do uso de ferramentas participativas. O segundo passo, “Preparação de parcerias”, propõe partir dos nós críticos e identificar relações que extrapolam os limites das Unidades de Conservação com o objetivo de articular e planejar a execução do diagnóstico do entorno. O terceiro passo, “Diagnóstico participativo com o entorno UC”, prevê a utilização das mesmas ferramentas usadas nas etapas anteriores para o levantamento de informações que devem subsidiar a definição de visão de futuro do entorno, compatibilizada com a visão de futuro da Unidade de Conservação (MOURA, 2010, p. 119).

Tomando as Terras Indígenas do Médio Xingu em seu conjunto e substituindo a categoria Unidades de Conservação por Terras Indígenas, os passos “Diagnóstico participativo”, “Preparação de parcerias” e “Diagnóstico participativo com o entorno UC” do DiPUC correspondem, em linhas gerais, às atividades “Caracterização das TIs e entorno”, “Planejamento territorial indígena” e “Governança indígena das relações locais”, do “Projeto de planejamento territorial e gestão socioambiental compartilhada” (NORTE ENERGIA, 2011, p. 150-172), respectivamente. Outra correspondência do método com o PBA toma as relações com o entorno como constituintes do conjunto de informações pertinentes para a gestão territorial, posto que a “preocupação com o entorno das UCs deve-se à intenção de estabelecer uma relação mais harmoniosa entre as comunidades e as unidades de conservação, visando a conciliação da conservação da biodiversidade com a melhoria da qualidade de vida dessas populações” (MOURA, 2010, p. 116). O método também prevê o uso, em diferentes momentos, das ferramentas “Linha histórica” e “Diagrama de relações ou de Envolvimento” (MOURA, 2010, p. 120-121), nomes diferentes para “Linha do tempo” e “Diagrama de Venn”, respectivamente, ferramentas sugeridas pelo PBA-CI para as ações em tela (NORTE ENERGIA, 2011, p. 165).

Na adaptação do DiPUC ao contexto das Terras Indígenas do Médio Xingu contempladas pelo PBA-CI, o primeiro passo foi dado com as ações que compõem a atividade “Caracterização das TIs e entorno”. As ações “Oficinas sobre ocupação territorial regional” e “Etnodiagnóstico do entorno e mapeamento das relações interétnicas” contribuem com o segundo passo que, por sua vez, levanta informações

² São pontos negativos considerados mais graves, que comprometem efetivamente o gerenciamento da Unidade de Conservação.

para o terceiro passo, diagnóstico do entorno, que tem por objetivo definir a visão de futuro do entorno (adaptado de MOURA, 2010, p. 119). Este passo concerne a gestão socioambiental compartilhada, posto que boa parte das Terras Indígenas tem em seu entorno outras Terras Indígenas onde também serão realizadas as oficinas objeto desta metodologia.

6.1 Oficina sobre ocupação territorial regional

Esta oficina será realizada nas Terras Indígenas Apyterewa, Trincheira Bacajá, Arara, Cachoeira Seca, Kararaô, Kuruaya e Xipaya, com expectativa de participação de 10 a 25 pessoas³ e carga horária de 8h. O público alvo desta ação consiste em lideranças, gestores das associações, pesquisadores indígenas e comunidade em geral.

6.2 Etnodiagnóstico do entorno e mapeamento das relações interétnicas

Esta oficina será realizada nas Terras Indígenas Apyterewa, Trincheira Bacajá, Arara, Cachoeira Seca, Kararaô, Kuruaya e Xipaya, com expectativa de participação de 10 a 25 pessoas e carga horária de 16h. O público alvo desta ação consiste em lideranças, gestores das associações e pesquisadores indígenas.

A tabela a seguir sintetiza o planejamento das oficinas, trata-se do plano de curso. Nela constam as colunas “Módulo”, “Conteúdo” e “Carga horária”. As ações “Oficina sobre ocupação territorial regional” e “Etnodiagnóstico do entorno e mapeamento das relações interétnicas” correspondem aos módulos I e II, respectivamente; na coluna conteúdo, uma descrição dos procedimentos metodológicos relacionados a cada módulo.

Tabela 2: Plano de curso.

Módulo	Conteúdo	Carga horária
Módulo I: Oficina	Dia I – Manhã:	

³ Esta variação se deve a especificidade de cada Terra Indígena, pois não há uniformidade no que diz respeito a população residente e ao número de aldeias.

<p>sobre ocupação territorial regional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação e planejamento conjunto da oficina: apresentação de todos os temas e do plano de curso, estabelecimento de acordos sobre datas, horários e responsabilidades; ▪ Reflexão sobre o etnomapa da Terra Indígena como ponto inicial de uma conversa sobre a história do povo, segundo suas experiências e lembranças; ▪ Elaboração de uma Linha do tempo por parte dos participantes, a partir de suas memórias sobre fatos marcantes de sua história que culmine com os tempos atuais; 	<p>4h</p>
	<p>Dia I – Tarde:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Continuação da dinâmica de elaboração da Linha do tempo; ▪ Apresentação do documentário “Documento Especial: Transamazônica”, que trata da BR-230, seguida de uma apresentação sobre a história da região, com ênfase nos impactos dos grandes empreendimentos e na configuração territorial atual do Médio Xingu; ▪ Incremento da Linha do tempo; ▪ Fechamento: checagem e análise da Linha do tempo de forma participativa para a validação; 	<p>4h</p>
<p>Módulo II: Etnodiagnóstico do entorno e mapeamento das relações interétnicas.</p>	<p>Dia I – Manhã:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação e planejamento conjunto da oficina: apresentação de todos os temas e do plano de curso, estabelecimento de acordos sobre 	<p>4h</p>

	<p>datas, horários e responsabilidades;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A partir da “Linha do tempo”, usar a dinâmica “Tempestade de ideias” para realizar um levantamento inicial dos atores com os quais a comunidade mantém ou deseja estabelecer relações, qualificando-os. 	
	<p>Dia I – Tarde:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Classificação dos diversos atores que se relacionam com as Terras Indígenas segundo os critérios “Qualidade”, “Relevância”, “Distância” e “Prioridade” por meio de uma adaptação do Diagrama de Venn (KUMMER, 2007, p. 100-102) para a realidade indígena. 	4h
	<p>Dia II – Manhã:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Continuidade da dinâmica de classificação dos atores que se relacionam com as Terras Indígenas. 	4h
	<p>Dia II – Tarde:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fechamento: checagem e análise do mapa das relações interétnicas, bem como das correspondentes deliberações, de forma participativa para validação. 	4h

6.3 Plano de aula do Módulo I

Dia I – Manhã

Inicialmente, será feita a exposição dos objetivos e o planejamento conjunto da oficina, por meio da apresentação de todos os temas e do plano de curso, bem como do estabelecimento de acordos sobre datas, horários e responsabilidades.

Posteriormente, pretende-se solicitar aos participantes que analisem e reflitam sobre o mapa do Médio Xingu. A ideia é que sirva de ponto de partida para uma conversa sobre a história do povo, segundo suas experiências e lembranças. Em seguida, será

solicitado a comunidade que escrevam em tarjetas fatos que marcaram sua história para, em seguida, dispô-las em um painel previamente preparado, onde deve constar uma linha reta com a marcação das datas de construção da BR-230, da UHE Belo monte e, por fim, o ano atual.

Dia I – Tarde

Neste período será dada continuidade a dinâmica do período anterior. Finalizada a Linha do tempo, será apresentado o documentário “Documento Especial: Transamazônica”, que trata da BR-230. Em seguida, será apresentado um apanhado sobre a história da região, com ênfase nos impactos dos grandes empreendimentos e na configuração territorial atual do Médio Xingu. A ideia é que o documentário e a apresentação estimulem a memória dos participantes para que eles incrementem a Linha do tempo, caso tenham esquecido de algo ou estabeleçam novas relações causais entre sua história e os as informações apresentadas.

Por fim, será realizado o fechamento da oficina, com a checagem, a análise e a validação da Linha do tempo. Neste momento também ocorrerá a avaliação da oficina.

6.4 Plano de aula do Módulo II

Dia I – Manhã

Inicialmente, será feita a exposição dos objetivos e o planejamento conjunto da oficina por meio da apresentação de todos os temas e do plano de curso; neste momento também serão estabelecidos acordos sobre datas, horários e responsabilidades para a realização da oficina.

Posteriormente, dois mapas grandes de lona (um de ocupação do solo e um etnomapa da Terra Indígena) serão fixados em local visível a todos e 25 cópias desses mesmo mapas em A4 serão distribuídos aos participantes com o objetivo de estimulá-los a identificar os atores com os quais a comunidade mantém ou deseja estabelecer relações, qualificando-os, a partir das reflexões sobre o estado de conservação ou degradação dos ambientes e das atividades econômicas desenvolvidas dentro dos limites da Terra Indígena e em se entorno.

A etapa preliminar do método consisti no levantamento e sistematização de dados secundários relacionados a desafios e oportunidades (estado de conservação ou degradação dos ambientes, atividades econômicas desenvolvidas e grupos sociais presentes) de cada Terra Indígena nos diagnósticos produzidos no contexto do PBA-CI (NORTE ENERGIA, 2015; 2016a; 2016b; 2016c), com especial atenção aos relatórios dos Projetos de “Planejamento territorial e apoio à gestão socioambiental compartilhada” e “Monitoramento Territorial”. Estes dados serão disponibilizados para a comunidade durante a construção coletiva da Linha do tempo e do mapeamento das relações interétnicas.

Dia I – Tarde e Dia II - Manhã

O método permitirá a classificação dos diversos atores que se relacionam com as Terras Indígenas segundo os critérios “Qualidade”, “Relevância”, “Distância” e “Prioridade”, por meio de uma adaptação do Diagrama de Venn (KUMMER, 2007, p. 100-102) para a realidade indígena do Médio Xingu.

Quando o objeto trabalhado é visualizado e concretizado através de símbolos, o conhecimento se materializa e a realidade se apresenta com mais transparência (PROJETO DOCES MATAS, 2002, p. 15), assim, serão utilizados instrumentos de comunicação e visualização que facilitam a participação. Nesse sentido, prevê-se o uso de tarjetas de diferentes tamanhos e cores nas quais serão inscritos os nomes dos diversos atores locais identificados pelos indígenas de acordo com os seguintes parâmetros: (1) **qualidade**, ou seja, se a relação é positiva (contribui ou pode contribuir com a gestão territorial ou ambiental), neutra (indiferente) ou negativa (se dificulta ou pode dificultar a gestão territorial e ambiental); (2) **relevância**, se é muito importante, importante ou indiferente; (3) **distancia**, relacionado ao espaço sociopolítico, com as articulações da comunidade, e se distingue em três níveis diferentes, próximo, intermediário e distante; por fim, o grau de (4) **prioridade**, que é representado por curto prazo, médio prazo e longo prazo. A estes podem se juntar outros se assim a comunidade julgar pertinente. O passo seguinte consiste na materialização dessas relações por meio da confecção e disposição de tarjetas num espaço determinado. A seguir, na Tabela 3, a sistematização dos parâmetros, critérios e suas respectivas representações na dinâmica da oficina.

Tabela 3: Matriz para a dinâmica de mapeamento das relações interétnicas.

PARÂMETRO	CRITÉRIO	REPRESENTAÇÃO
QUALIDADE	POSITIVO	Tarjeta verde
	NEUTRO	Tarjeta amarela
	NEGATIVO	Targeta vermelha
RELEVÂNCIA	MUITO IMPORTANTE	Tarjeta grande
	IMPORTANTE	Targeta média
	INDIFERENTE	Targeta pequena
DISTÂNCIA	PÓXIMO	Primeiro circulo
	INTERMEDIÁRIO	Segundo circulo
	DISTANTE	Terceiro circulo
PRIORIDADE	Curto prazo	Autoadesivo rosa
	Médio prazo	Autoadesivo laranja
	Longo prazo	Autoadesivo azul

Os representantes da comunidade, após identificarem os atores locais escreverão seus nomes em tarjetas de acordo com o parâmetro qualidade: se as relações forem positivas, verdes; se são neutras, amarelas; e se são negativas, vermelhas. Neste mesmo instante, ao classificarem os atores locais segundo a **qualidade** das relações, os participantes também indicarão sua **relevância** ao escolherem o tamanho das tarjetas: quando muito importantes, grandes; as importantes, médias; e as que não despertam interesse, pequenas.

Para materializar a **distância** sociopolítica, será usada um painel de feltro, preparado anteriormente, com uma estrutura composta com três círculos concêntricos desenhada; no círculo do centro, serão colocadas as tarjetas representando os atores próximos, no segundo círculo, os intermediários, por fim, no último e maior círculo, serão inseridos os atores distantes. Desta forma, quando mais distantes do centro do círculo as tarjetas forem colocadas, maior a distância sociopolítica do ator representado com relação a comunidade.

Com base nessa representação das relações de cada Terra Indígena com seu entorno, será solicitado aos participantes que reflitam sobre o que veem para que, a partir daí, proponham encaminhamentos que contribuam para superar os desafios e aproveitar as oportunidades verificadas.

Prosseguindo para o planejamento, os participantes serão orientados a colarem autoadesivos de três cores distintas nas tarjetas de acordo com a prioridade atribuída

a cada ator em relação a seu potencial apoio à gestão territorial e ambiental indígena. Desta forma, a cor rosa classificará as tarjetas com nomes de atores tidos como prioridade 0 (curto prazo, 5 anos); a cor laranja será usada para os relacionados a prioridade 1 (médio prazo, 10 anos); e azul para os identificados como prioridade 2 (longo prazo, 30 anos). Por fim, será feita uma sistematização das informações por meio de um mapa confeccionado por um indígena escolhido para essa finalidade.

Dia II - Tarde

Neste período será realizado o fechamento da oficina, com a checagem e a análise do mapa das relações interétnicas, bem como das correspondentes deliberações, de forma participativa. Esta validação será feita a partir do desenho representando a sistematização do resultado do etnodiagnóstico e do mapeamento das relações interétnicas confeccionado no período anterior, que será apresentado à comunidade para validação, momento em que as responsabilidades por cada encaminhamento serão divididas e acordadas e o monitoramento do desenvolvimento dos acordos será pactuado. Neste momento também ocorrerá a avaliação da oficina.

7. ELEMENTOS DE CUSTOS

Recursos Humanos

TÉCNICO	FORMAÇÃO	FUNÇÃO NO PROGRAMA	CONSELHO DE CLASSE OU IDENTIDADE	CADASTRO IBAMA
Silvia Slene G Dinkelmann	Pedagoga	Coordenadora Estratégica	-	6441399
Pedro Gatti Junior	Biólogo	Coordenador Técnico	CRBIO 106460/01-D	5586463
Danilo Muniz da Silva	Biólogo	Coordenador do PGTI		4918894
Deusmar Mateus Corrêa	Geógrafo	Assessor Técnico	CREA-MG 141218093-7	6441579
Rita de Sousa	Assessora Administrativa	Jornalista	MTb 29.155	6603700
Rancejano Silva Guimarães	Antropólogo	Equipe de Campo	ABA 2405	6462184
Márcio Eudes Pereira Pinheiro	Técnico Agrícola	Equipe de Campo	CREA-PA 313424	6095760
Valério da Rocha Caetano Filho	Cientista Social	Equipe de Campo		6239741

Marcos de Miranda Ramires	Antropólogo	Equipe de Campo	ABA 3430	674830
Luis Carlos Sampaio	Biólogo	Equipe de Campo	CRBIO-SP 139.104/TD	5385030

Recursos Materiais

Item	Quantidade
Datashow	1
Extensão de 5 metros	1
Painel de projeção	1
Flipchart	1
Folha sulfite	1 pacote de 500
Pincel atômico	2
Lápis de cor	5 caixas
Tesoura	1
Cola	3
Canetas	30
Lápis	30
Borracha	5
Canetinhas coloridas	5 caixas
Giz de cera	5 caixas
Grampeador	1
Impressora	1
Notebook	1
Prancheta	2
GPS	2
Máquina fotográfica	1
Logística de traslado	2 equipes de 4 pessoas cada

Combustível	A ver
Alimentação	Para duas equipes de 4 pessoas cada
Alimentação	Para o deslocamento

Os materiais utilizados na oficina não serão doados após a oficina e, portanto, continuam de posse da equipe do PGTI da executora.

8. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

Oficinas sobre ocupação territorial regional; Etnodiagnóstico do entorno e mapeamento das relações interétnicas

TI/ Atividade	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
Realização das Oficinas por TI.					
Elaboração do relatório consolidado da ação					
Envio do relatório consolidado da ação para a NE					
TI. Arara					
Realização da Oficina.					
Elaboração de relatório da atividade com evidências.					
Encaminhamento de relatório para Norte Energia (SGP)					
TI. Trincheira Bacajá					
Realização da Oficina.					
Elaboração de relatório da atividade com evidências.					
Encaminhamento de relatório para Norte Energia (SGP)					
TI. Kararaô					
Realização da Oficina.					
Elaboração de relatório					

da atividade com evidências.					
Encaminhamento de relatório para Norte Energia (SGP)					
TI. Apyterewa					
Realização da Oficina.					
Elaboração de relatório da atividade com evidências.					
Encaminhamento de relatório para Norte Energia (SGP)					
TI. Cachoeira Seca					
Realização da Oficina.					
Elaboração de relatório da atividade com evidências.					
Encaminhamento de relatório para Norte Energia (SGP)					
TI. Xipaya					
Realização da Oficina.					
Elaboração de relatório da atividade com evidências.					
Encaminhamento de relatório para Norte Energia (SGP)					
TI. Kuruaya					
Realização da Oficina.					
Elaboração de relatório da atividade com evidências.					
Encaminhamento de relatório para Norte Energia (SGP)					

9. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Programa de Gestão Territorial na Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI)

The Nature Conservancy (TNC)

10. INTERAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS AMBIENTAIS

Programa de Fortalecimento Institucional

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E REQUISITOS LEGAIS

CONVENÇÃO Nº 169 SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS E RESOLUÇÃO REFERENTE À AÇÃO DA OIT / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011 1 v.1 .

DECRETO Nº 7747, DE 5 DE JULHO DE 2012 (Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas – PNGATI);

DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

12. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA ELABORAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL	FUNÇÃO NO PACOTE DE TRABALHO	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	REGISTRO PROFISSIONAL	CTF IBAMA
Silvia Slene G Dinkelmann	Coordenação Estratégica	Pedagoga	-	6441399
Pedro Gatti Junior	Coordenador Técnico	Biólogo	CRBIO 106460/01-D	5586463
Danilo Muniz da Silva	Coordenador do PGTI	Biólogo	-	4918894
Rita M. de Sousa	Assessora Administrativa	Jornalista	MTB – 29.155	6603700
Valério da Rocha Caetano Filho	Equipe de Campo	Cientista Social		6239741
Rancejano Silva Guimarães	Equipe de Campo	Antropólogo	ABA 2405	6462184
Márcio Eudes Pereira Pinheiro	Equipe de Campo	Técnico Agrícola	CREA-PA 313424	6095760
Marcos de Miranda Ramires	Equipe de Campo	Antropólogo	ABA 3430	674830

Luís Carlos Sampaio	Equipe de Campo	Biólogo	CRBIO-SP 139.104/TD	5385030
---------------------	-----------------	---------	------------------------	---------

13. RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DAS AÇÕES

NOME DO PROFISSIONAL	FUNÇÃO NO PACOTE DE TRABALHO	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	REGISTRO PROFISSIONAL	CTF IBAMA
Silvia Slene G Dinkelmann	Coordenação Estratégica	Pedagoga	-	6441399
Pedro Gatti Junior	Coordenador Técnico	Biólogo	CRBIO 106460/01-D	5586463
Danilo Muniz da Silva	Coordenador do PGTI	Biólogo	-	4918894
Rita M. de Sousa	Assessora Administrativa	Jornalista	MTB – 29.155	6603700
Valério da Rocha Caetano Filho	Equipe de Campo	Cientista Social		6239741
Rancejano Silva Guimarães	Equipe de Campo	Antropólogo	ABA 2405	6462184
Márcio Eudes Pereira Pinheiro	Equipe de Campo	Técnico Agrícola	CREA-PA 313424	6095760
Marcos de Miranda Ramires	Equipe de Campo	Antropólogo	ABA 3430	674830
Luís Carlos Sampaio	Equipe de Campo	Biólogo	CRBIO-SP 139.104/TD	5385030

14. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO

NOME DO PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	REGISTRO PROFISSIONAL	CTF IBAMA
	Diretor da FUNAI		

Renan da Silva Gil	Gerente de Estudos Indígenas		
Sidney Gomes Faleiro Júnior	Analista de Gestão de Projetos - NE		
Alessandro Ferreira Corrêa	Gestor do PGTI da Norte Energia		

15. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002b.

BROSE, Markus. Introdução. In: BROSE, Markus (Org.). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. 2 ed. Porto Alegre: Tomo, 2010. (Coleção Participe, v. I) (p. 9-11).

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Ofício n. 202/2015/DPDS/FUNAI-MJ**. Brasília, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Relatório Territorial da Região do Médio Xingu**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

KUMMER, Lydia. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar (Conceitos, ferramentas e vivências)**. Salvador: GTZ, 2007.

MOURA, Maria Alice Salles. Diagnóstico participativo de Unidades de Conservação (DiPUC). In: BROSE, Markus (Org.). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. 2 ed. Porto Alegre: Tomo, 2010. (Coleção Participe, v. I) (p. 115-123).

NORTE ENERGIA. **Plano Básico Ambiental do Componente Indígena da Usina Hidrelétrica Belo Monte**. Brasília, 2011. (Volume 1).

_____. **Plano operativo acerca dos planos, programas e projetos do Projeto Básico Ambiental - Componente Indígena**. Brasília, 2013.

_____. **4 Relatório Consolidado acerca dos Planos, Programas e Projetos do PBA-CI.** Brasília, 2015.

_____. **6 Relatório Consolidado acerca dos Planos, Programas e Projetos do PBA-CI.** Brasília, 2016a.

_____. **7 Relatório Consolidado acerca dos Planos, Programas e Projetos do PBA-CI.** Brasília, 2016b.

_____. **Monitoramento de uso e ocupação do solo.** Brasília, 2016c. PROJETO DOCES MATAS. **Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação (DiPUC).** Belo Horizonte: IEF/IBAMA, 2002.